

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES

NAYARA FERNANDES DA SILVA LEITE

OLHAR PARA O PRÓPRIO UMBIGO:
A TRADIÇÃO FAMILIAR NA MINHA TRAJETÓRIA TEATRAL

BELO HORIZONTE - MG
2023

NAYARA FERNANDES DA SILVA LEITE

**OLHAR PARA O PRÓPRIO UMBIGO:
A TRADIÇÃO FAMILIAR NA MINHA TRAJETÓRIA TEATRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Teatro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Belas Artes, sob orientação do Prof. Dr. Vinícius da Silva Lírio, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Teatro.

BELO HORIZONTE - MG

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
Colegiado do Curso de Graduação em Teatro
colteatro@eba.ufmg.br
(31xx) 3409 5385

CURSO DE GRADUAÇÃO EM TEATRO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO / Habilitação Licenciatura

FOLHA DE APROVAÇÃO

Às 10:00h do dia 26/06/2023, reuniu-se no Espaço Azul do prédio do Teatro a Banca Examinadora, constituída pelos professores: Vinícius da Silva Lírio, Marcos Antônio Alexandre e Anair Patrícia Braga Moreira, para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da discente Nayara Fernandes da Silva Leite, intitulado “Olhar para o próprio umbigo: a tradição familiar na minha trajetória teatral”, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Teatro.

A candidata foi considerada APROVADA.

Prof. Vinícius da Silva Lírio – Orientador

Prof. Marcos Antônio Alexandre – Membro

Prof. Anair Patrícia Braga Moreira – Membro

Belo Horizonte, 26 de junho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, às minhas e aos meus ancestrais que guiaram o meu caminho de volta para a minha casa, minha ancestralidade, em especial às matriarcas da minha família materna, que nutrem esta escrita e me dão terra para crescer e firmar os pés sem esquecer de minhas raízes. Assim, agradeço às minhas tias: Maria Helena Fernandes, Rita Fernandes, Etelvina Fernandes e Terezinha Fernandes.

Agradeço aos meus pais, minha mãe, Joana Fernandes, e meu pai, Zué da Silva Leite, que me deram todo o suporte necessário para eu me dedicar aos meus estudos, e à minha irmã, Regina, por sempre ter me incentivado a continuar.

Agradeço às pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, os assistentes sociais da Fundação Mendes Pimentel que me acolheram, Diogo Rodrigues e Luiz Gustavo. Ao Professor Marcos Alexandre, que me ajudou durante o meu processo de desidentificação com o curso e que me deu ousadia para trabalhar com o que eu acreditava. À minha amiga Ariane Maria, pela criação conjunta do projeto *A minha família Conta*. Todos os profissionais que compõem a Formação Transversal em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, que me deram fôlego para não parar o curso. Ao Professor Rogério Lopes, que me ensinou que nossas escritas são resoluções de vidas passadas. À minha amiga dramaturga Carmen Marçal, que, com sua leitura afetuosa, auxiliou na revisão deste trabalho. À minha companheira, Mariana Bento, que cuidou de mim neste difícil processo de escrita. E ao meu orientador, Vinicius Lirio, que, além de me incentivar nesta caminhada, acolheu o propósito desta escrita, desde sua ideia embrionária, durante minhas vivências, ao cursar as matérias de Estágio III e IV.

A todos, agradeço. Sem vocês esse trabalho não seria o mesmo.

Onde seu umbigo foi enterrado?¹



Foto: Mariana Bento, 2023.

¹ Fotoperformance registrada no quintal onde meu umbigo está enterrado. Nas mãos seguro um tecido de americano cru pintado à mão com uma tinta feita com a terra do quintal.

RESUMO

Esta escrita registra a trajetória da autora de volta para a casa, simbolizada, neste trabalho, pela tradição familiar de enterrar o umbigo, junto à sua experiência como mulher negra, periférica e estudante de teatro. O trabalho utilizou como metodologia de pesquisa a autoetnografia, por meio da qual a autora expõe a sua experiência e a busca de práticas teatrais que fomentem o pertencimento territorial simbólico. Guiada por suas matriarcas e pelos princípios da tradição de enterrar o umbigo, a autora relata as estratégias pedagógicas negrorreferenciadas, desenvolvidas ao longo de sua trajetória.

Palavras-chave: escrevivência; pertencimento territorial simbólico; teatro; tradição de enterrar o umbigo.

ABSTRACT

This writing records the author's trajectory back home, symbolized in this work by the family tradition of burying the umbilical cord, or the navel string, along with her experience as a black woman, from the suburbs and a theater student. The work used autoethnography as a research methodology, through which the author exposes her experience and the search for theatrical practices that foster symbolic territorial belonging. Guided by her matriarchs and by the principles of the tradition of burying the navel string, the author reports the black-referenced pedagogical strategies developed throughout her trajectory.

Keywords: *escravidão*; symbolic territorial belonging; theater; tradition of burying the navel string.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore genealógica.....	25
Figura 2: Meus avós maternos.....	28
Figura 3: As cinco filhas de dona Tercília.....	29
Figura 4: Dona Joana em seu quintal.....	33
Figura 5: Registros da <i>Oficina de contação de histórias: As memórias contam</i>	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - É PRECISO APRENDER A VOLTAR PARA CASA	11
1.1 Mandingas de sobrevivência	15
CAPÍTULO 2 - MINHAS E MEUS ANCESTRAIS	24
CAPÍTULO 3 - ONDE ESTÁ ENTERRADO O MEU UMBIGO	32
3.1 Princípio da Escolha	34
3.1.1 Proposta de exercício 1: Referências	34
3.1.2 Proposta de exercício 2: Eu não sou colonizado	35
3.1.3 Proposta de exercício 3: Conhecendo o terreno da oralidade	36
3.2 Princípio de Enterrar	37
3.2.1 Proposta de exercício 1: Contato com nossas memórias-quintais	38
3.2.3 Proposta de exercício 2: De onde eu vim?	38
3.3 Princípio de Oralizar	38
3.3.1 Proposta de exercício 1: Todo mundo conta história	39
3.3.2 Proposta de exercício 2: Escrevivência	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR MAIS TRADIÇÕES FAMILIARES NO TEATRO	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Salubá Nanã Buruquê!

Início a escrita deste trabalho saudando a yabá Nanã Buruquê e, por meio dela, a minha ancestralidade africana. Segundo a mitologia do povo yorubá, a partir da fonte oral de Vovó Cici², Nanã, a yabá mais velha, foi a responsável por ajudar Oxalá na criação dos seres humanos³. Começo por ela, a yabá que estava no princípio do mundo, para atrair sua força criadora e, assim, falar do meu umbigo, a parte minha que foi dada à terra em troca da minha existência.

A seguinte escrita tem o anseio de registrar a minha trajetória em busca da sensação de pertencimento. É uma escrita pensada para nutrir a subjetividade negra de pessoas da minha comunidade, que, assim como eu, passam cotidianamente por violentos processos de negação de suas identidades e saberes.

A tradição de enterrar o umbigo é antiga e comum a vários povos originários. Para esse trabalho, me proponho a olhar para esta tradição a partir da perspectiva da minha família, uma perspectiva afro-brasileira, utilizando como metodologia de pesquisa a autoetnografia. Essa abordagem metodológica, de acordo com Versiani (2005, p. 88-89 apud LÍRIO, 2020, p. 68), exige

[...] uma postura altamente auto-reflexiva, pois esses pressupostos o convidam a repensar seu papel de produtor de conhecimento e sua própria subjetividade, que também se constrói interativamente e está circunstanciada por sua singular trajetória intelectual e pessoal, por sua inserção em diferentes grupos socioculturais, por interesses e curiosidades teóricas associadas a escolhas racionais, sim, mas também afetivas e até mesmo casuais e contingenciais [...].

Deste modo, assumo uma postura auto-reflexiva junto ao relato de quem tem a tradição de enterrar o umbigo como herança, sendo minhas principais fontes as matriarcas da minha família: Joana Fernandes, minha mãe, e as suas irmãs, Maria Helena Fernandes, Rita Fernandes, Etelvina Fernandes e Terezinha Fernandes.

² Nancy de Souza e Silva, mais conhecida como Vovó Cici, é contadora de histórias no Espaço Cultural da Fundação Pierre Verger.

³ Segundo Vovó Cici (2020), Nanã “[...] mergulha e traz três punhados de minerais: a argila, o barro e a terra negra, três punhados, e perto dele ela começa a manipular as mãos e aquelas matérias e começa a fazer peças do ser humano[...]”. Contação de história realizada para o programa “Evidências das Culturas Negras” do Museu do Amanhã. Disponível em: <<https://youtu.be/Sg3IJptppR0>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

Para registrar a potência dos conhecimentos destas mulheres negras, conduzo este trabalho por minhas e nossas escrevivências. Segundo Conceição Evaristo⁴ (apud DUARTE; NUNES, 2020, p.11),

escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.

Tendo em vista este conceito, conecto-me ao passado de minhas/meus ancestrais para traçar novos rumos em direção ao futuro que almejo. Um futuro no qual me tornarei, também, uma preta velha, detentora dos saberes ancestrais da minha família, que deverão ser transmitidos aos meus mais novos. Para esse futuro que, na roda ancestral espiralar, é o agora, registro para não esquecer o que o corpo já sabe.

No exercício dessa escrita, experimento a criação dramatúrgica de pequenas cenas inspiradas no meu imaginário familiar. Essas criações, além de serem traços das minhas investigações artísticas construídas ao longo de minha trajetória acadêmica, representam o ato transgressor de ficcionalizar o que o registro escrito nos moldes acadêmicos não dá conta de suprir. Neste experimento, as cenas iniciarão os meus capítulos e farão parte do meu processo investigativo na busca por minha identidade como escritora.

Segundo Antonio Bispo Santos (apud OLIVEIRA, 2021, p. 11), mais conhecido como Nêgo Bispo⁵, “é preciso aprender a voltar para casa”⁶. Assim, influenciada por esse pensamento, me guio, no primeiro capítulo, pelo caminho de volta a minha própria história para narrar a simbologia da tradição de enterrar o umbigo para a minha família, enquanto traço suas possíveis conexões com as estratégias de sobrevivência conectadas ao pertencimento territorial simbólico de povos africanos e afro-brasileiros no Brasil colonial.

A partir das estratégias de sobrevivência que vieram antes de mim, assumo a tradição de enterrar o umbigo como exercício epistemológico diante das difíceis experiências que vivenciei, como mulher negra e estudante em diferentes instituições de ensino, para analisar

⁴ Depoimento feito para o livro: *Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*.

⁵ “Escritor e liderança quilombola da comunidade Saco do Curtume, município de São João do Piauí, é autor de *Colonização, quilombos: modos e significações*, publicado em 2015 pelo INCT de Inclusão” (SANTOS, 2018, p.15).

⁶ Nota da autora Lorena Silva Oliveira de uma palestra de Nêgo Bispo de 2019. Em 2020, tive, pela primeira vez, o contato com o importante trabalho de Nêgo Bispo. Desde a leitura deste texto, guardei essa frase em meu diário de bordo e passei a recitá-la carinhosamente, de tempos em tempos, para que, por meio da palavra, ela se tornasse presente em minhas atitudes.

como estes ambientes são influenciados por um ensino colonizador. Falta olhar para as necessidades de seu próprio território, que, neste trabalho, se apresenta como olhar para o seu próprio umbigo.

No segundo capítulo, conto a história da minha família, por meio de consultas as/os minhas/meus mais velhas/os. Construo a nossa árvore genealógica para analisar como a tradição de enterrar o umbigo, transmitida por meus avós, guarda a ligação da minha própria família com o seu território de origem, a partir de uma relação saudosista e da busca por uma casa própria.

No terceiro e último capítulo, relato o local onde meu umbigo foi enterrado e compartilho como o meu fazer teatral, como docente, tem sido influenciado pelos princípios da tradição de enterrar o umbigo, por meio do compartilhamento dos exercícios desenvolvidos para a *Oficina de Contação de Histórias: As memórias contam* e a apresentação da contação de história *Onde seu umbigo está enterrado?*.

Boa Leitura!

CAPÍTULO 1 - É PRECISO APRENDER A VOLTAR PARA CASA

Primeira memória: Nanã

Quintal. As árvores choram. De cima suas raízes escorrem como veias. Após uma madrugada de chuva forte, uma criança sai de sua casa correndo para o terreiro. Descalça, ao sentir a terra em seus pés, a criança começa a andar com cuidado. As árvores se movimentam fazendo a terra balançar. A criança toca as plantas, cai, se apoia nas folhas de uma pequena bananeira e se levanta. O abacateiro balança, seduzindo a criança. A criança segue o abacateiro. O pé de amora joga uma amora no chão. A criança engatinha até o pé de amora, come a fruta e volta a caminhar com cuidado e curiosidade. As árvores cochicham debaixo da terra, de cima é possível escutar roncões e suspiros.

Ao chegar no centro do terreno, a criança olha para as plantas e respira fundo, sente o cheiro forte de terra molhada. O cheiro ataca seu estômago. Lentamente ela se acomoda de cócoras e coloca as duas mãos em uma poça de lama. Geme de prazer, aproxima o rosto e coloca um dos dedos sujos na boca, saboreia e, logo em seguida, enche a boca de terra. Come compulsoriamente, seduzida pelo cheiro, enquanto vai se banhando de lama. A criança se torna a poça e passa a viver enterrada no quintal. As árvores cochicham novamente.

A minha volta para casa se inicia a partir do reconhecimento da tradição do umbigo em minha família. Assim, a casa, neste trabalho, além de ambientar o seu sentido denotativo, também se relaciona com a minha busca por pertencimento territorial e a volta aos saberes de minhas matriarcas.

Contam as mulheres da minha família que meu avô Joaquim Fernandes Martins aprendeu com os seus ancestrais que a tradição de enterrar o umbigo é muito significativa para a vida da criança, sendo a escolha do local para enterrar uma das decisões mais importantes para o seu futuro. Depois do nascimento da criança, a parteira ou os pais eram os responsáveis por cortar o cordão umbilical. Para isso, media-se três dedos depois da criança, sendo a maior parte, a que se conecta à placenta, a primeira a ser enterrada, em um lugar de preferência dos pais. A segunda parte, que ficaria com a criança e que, geralmente, seca e cai

com três ou quatro dias depois do nascimento, era a parte utilizada pela tradição como o umbigo a ser enterrado.

Entre os dias que precedem a queda do umbigo, a criança era observada para que a escolha do local suprisse suas necessidades desde o nascimento. Segundo a minha tia Terezinha, se o umbigo caísse e os pais ainda não tivessem feito a escolha, a mãe era a responsável por guardar até que a escolha fosse feita⁷. O umbigo deveria ser muito bem guardado, para que ele não fosse comido por nenhum animal, o que poderia atrair coisas ruins para o destino da criança. Um exemplo relatado por minha família é o do rato, que, segundo a tradição, se roubasse e comesse o umbigo da criança poderia fazer com que ela se tornasse um ladrão, assim como o rato.

A partir da observação, o local era escolhido para simbolizar a relação da criança com a sua família e com o seu território. Enterrando o umbigo em casa, a criança cresceria e se tornaria caseira, dócil e amável com a família. Perto do fogão a lenha, a criança também se tornaria calma e, por vezes, até uma boa cozinheira.

Enterrar fora de casa não era uma tarefa simples, pois enterrá-lo em um formigueiro poderia fazer mal a criança. Para atrair prosperidade, o umbigo da criança poderia ser enterrado próximo a um galinheiro ou curral. Enterrar o umbigo debaixo de uma árvore também atrairia um futuro bom, a criança cresceria livre, estudiosa e calma.

No período do nascimento das/os minhas/meus tias/os, a minha família não tinha uma terra própria para enterrar todos os umbigos de seus descendentes. Então, enterravam nas fazendas em que moravam de favor. Hoje, mesmo distantes de seus territórios de origem, as minhas matriarcas relacionam a saudade que sentem de onde nasceram às suas conexões com a tradição do umbigo.

Para a minha família, a prática de enterrar o umbigo é constituída por três importantes princípios: o da escolha do local de onde o umbigo será enterrado, que influenciará diretamente no destino futuro da criança; o próprio ato de enterrar; e a continuidade da tradição com o compartilhamento oral do local escolhido. Com o umbigo enterrado, a criança passa a pertencer ao lugar escolhido durante toda a sua existência. Para isso, os pais devem lembrar a/o filha/o ao longo de sua vida o seu local de origem, para que ela/ele sempre se lembre que tem para onde retornar.

Deste modo, a ideia de pertencimento territorial se torna um dos conceitos-chave para a compreensão dessa tradição. O que trago, aqui, por meio de uma perspectiva idealista de território, para a qual,

⁷ Documentário Umbigo (2022).

nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” de caçadores e coletores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. (COSTA, 2004, p. 72).

Assim, o olhar para o pertencimento territorial neste trabalho será guiado por sua perspectiva idealista e também por sua “ordem simbólico-cultural”, isto é, um entendimento de que “[...] o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política” (Ibid., p. 74).

Nessa perspectiva, ao analisar a relação simbólica e cultural da minha família com seu território de origem, notam-se conexões entre a história oral da tradição de enterrar o umbigo e a vinda dos povos africanos para o Brasil, período em que se instaurou o trabalho escravo, que historicamente tem como marco inicial o século XVI, e final, a abolição, em 1888, com consequências até os dias atuais. Como pertencente a uma família afro-brasileira⁸, a partir do relato oral de meus familiares, observo que a tradição do umbigo também se apresenta como uma estratégia de sobrevivência, que guarda, em sua simbologia, a relação de meus ancestrais com a luta pelo direito de pertencer, simbolicamente, a algum lugar.

Sobre o período da escravização no Brasil, Albuquerque (2006, p. 65) afirma que

depois da longa travessia atlântica e do desembarque em algum porto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a proibição, os africanos logo percebiam que sobreviver era o grande desafio que tinham pela frente. Dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Significava, sobretudo, ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações.

Na condição de propriedade, os africanos e afro-brasileiros não eram considerados cidadãos, muito menos seres dignos de direitos. Com relação ao desenraizamento, pondero que a desterritorialização é uma estratégia colonial de guerra, a qual aspira destruir as culturas destes povos. Hoje, podemos imaginar o sofrimento dos povos africanos, ao observar a relação dos povos quilombolas e indígenas com seus territórios de origem.

⁸ Defino a minha família como afro-brasileira por ela ser composta predominantemente por indivíduos de pele preta, com a presença da memória de ancestrais africanos e indígenas.

Nêgo Bispo, ao dissertar sobre as estratégias de sobrevivência dos povos negros e indígenas no território brasileiro, diz que “encontramos relações com a natureza parecida com as nossas. Houve uma grande confluência nos modos e nos pensamentos. E isso nos fortaleceu. E aí fizemos uma grande aliança cosmológica, mesmo falando línguas diferentes” (Ibid., 2021, p. 4). Ainda que sem um território ou, por vezes, com seu território em disputa, os povos negros e indígenas nunca deixaram de praticar e compartilhar suas tradições. Por isso, hoje, estamos cercados destes saberes, em nosso cotidiano.

Diante desse reconhecimento é que reflito que, entre os costumes africanos preservados e repassados, está o de plantar o umbigo, que avalio significar também um símbolo de troca com esta nova terra, um pedido de licença para chegar e pertencer.

Ocorre uma troca, na qual o umbigo é oferecido à terra e a terra, sendo uma ancestral, dá à criança o firmamento para crescer e se desenvolver, tendo na localidade do seu umbigo a força para firmar os pés no chão. Após a abolição da escravidão, em 1888,

a maior parte da população negra livre e liberta vivia nas áreas rurais. Muitos ocupavam pequenas parcelas de terras doadas ou arrendadas pelos antigos senhores como forma de mantê-los presos à propriedade. Eram chamados de agregados. Para terem acesso a uma parcela de terras normalmente entregavam parte do que plantavam, ou prestavam serviços nas propriedades, em geral nos períodos de colheita. Outros integravam as várias categorias de lavradores, como meeiros e pequenos proprietários rurais. Suas lavouras de mandioca, feijão, milho e frutas eram responsáveis pelo abastecimento das grandes cidades e vilas do interior. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 157-158)

Mesmo com a abolição da escravidão, a luta por direitos básicos de subsistência ainda perdura. Aproximadamente quatro gerações distanciam a minha família da abolição. Faço parte da primeira geração da minha família que teve acesso à casa própria e que, diante do árduo trabalho de meus familiares, nunca passou fome. Até a geração anterior à minha, o pertencimento não advinha de uma relação com a posse de terras, pois meus familiares eram agregados em fazendas em troca de alimento e espaço cedido, que a qualquer momento poderia ser tomado.

No meu cotidiano, a expressão “olhando/pensando no próprio umbigo” é muito utilizada, sendo conhecida por descrever um ato considerado, por vezes, egoísta: o ato de olhar para si e, por meio deste olhar, se priorizar. A escolha dessa expressão para o título desse trabalho é provocativa à experiência que adquiri como estudante, ao longo da minha formação escolar e acadêmica, na qual o ato de pensar sobre a minha identidade e as minhas origens, por vezes, foi recebido como algo menor.

Nesta perspectiva, confluo com o desejo de Grada Kilomba (2019, p. 58), que diz, em sua tese:

[...] Demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e realidade específicas - não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante.

É em contraponto ao discurso de falsa neutralidade que a tradição de enterrar o umbigo simboliza o firmamento do indivíduo no mundo que, assim como na primeira memória apresentada no início do capítulo⁹, firma seus pés no chão para virar lama, potência de vida. Na perspectiva dessa tradição, não é egoísta olhar para si, pois este olhar está referenciado em nossos territórios de origem.

Assim, diante dessa tradição e do caminho que me foi dado por meus ancestrais, como artista em formação em Licenciatura em Teatro, aproximo a prática de enterrar o umbigo à minha trajetória como estudante e futura artista-docente, na busca por um teatro que tenha como ponto de partida o seu território de origem.

1.1 Mandingas de sobrevivência

Para refletir sobre como essa pesquisa surge na minha trajetória como uma mandinga de sobrevivência, utilizarei o termo “mandinga” em referência ao seu significado para a capoeira, segundo o qual

ter mandinga é saber ler as intenções do outro jogador, através da percepção de sua linguagem corporal e adiantar-se a elas, porém é também saber fazer com que o outro jogador “entre na sua”, quer dizer, jogue o seu jogo e não o dele, o que o colocará em situação desvantajosa. É saber simular e dissimular com eficiência a própria intenção e o ataque surpresa no momento exato. (REIS, 2023, p. 2).

Assim, a partir deste conceito, contarei meu caminho até a chegada na universidade e a composição do mapa afetivo que contribuiu para o meu pertencimento neste ambiente.

Filha de Joana Fernandes Vieira e Zué da Silva Leite, irmã mais nova de Regina Fernandes da Silva Leite, nasci no dia 26 de janeiro de 1999, em um hospital da cidade de Belo Horizonte, sendo essa a cidade que consta na minha certidão de nascimento. Mas nunca

⁹ Ver p. 11.

me senti belo-horizontina. Desde que nasci, moro em Ribeirão das Neves, então me considero uma cidadã Nevensense. Integro uma família grande, cuja parte materna se fez presente durante toda a minha infância e adolescência, sendo essa a guardiã da tradição do umbigo.

Minha família materna é gerida por grandes mulheres negras. As quatro irmãs da minha mãe sempre estiveram presentes na minha infância e hoje reconheço que a minha relação com as contações de histórias nasce das nossas grandes reuniões de família, de muitas conversas, fofocas, brigas e causos. Elas possuem uma forte relação com as memórias de algumas tradições afro-brasileiras e, mesmo influenciadas pela religiosidade cristã, que por vezes nega a validade destas tradições, elas ainda as transmitem, por meio de suas corporeidades e oralidades.

A minha mãe me descreve como uma criança comunicativa, cheia de sonhos e vontades. Filha de pais que não tiveram a oportunidade de terminar o antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)¹⁰, sempre fui incentivada a estudar e, por insistência da minha mãe, iniciei a minha vida escolar aos quatro anos, em uma escola particular do bairro. Com a violência racial do espaço escolar, compreendi que eu era uma criança negra e que, por isso, traços da herança da minha família materna, guardada na minha corporeidade, eram considerados inadequados.

Sobre a influência do racismo na vida escolar de crianças negras, a intelectual Lélia González (2020, p. 32) afirma que

[...] a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra.

No ambiente escolar, eu era considerada uma criança indisciplinada por ser expressiva, comunicativa e questionadora e, por isso, era constantemente repreendida. Quando eu chegava em casa depois da escola, eu tinha que recuperar a minha forma familiar de me expressar para conseguir ser compreendida pelos meus pais e pela minha família.

Dividida entre a escola e a minha casa, eu segui todo o ensino fundamental. Esta lavagem cerebral, descrita por González, tomou conta de mim e, assim como na segunda cena

¹⁰ “O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado como fundação em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Vinculado ao ministério da educação, ele tinha por objetivo ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos anteriormente preenchidos por programas ligados aos movimentos sociais ou ao governo derrubado em 1964” (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 1-2).

de minha memória, que será apresentada no próximo capítulo¹¹, recordo que foi com a escola que descobri que a minha mãe não sabia escrever da forma “correta” e que a falta deste saber tornaria o seu esforço de se manter presente, durante a minha escolarização, um motivo para a sua inferiorização naquele ambiente.

Assim, fui me tornando cada vez mais insegura em relação à minha identidade. Eu queria mudar a minha forma de sorrir, de me comunicar, sentia vergonha dos meus pais e da minha família materna. Gradativamente, à medida que avançava as séries da escola, eu me afastava de casa.

Ao longo do Ensino Básico, destaco o fato de nunca me sentir pertencente à escola. Estudei em oito instituições diferentes durante minha trajetória e sempre tive uma relação conflituosa com esses espaços.

Ainda no ensino fundamental, tentei parar de estudar por duas vezes e, para cada uma delas, a minha mãe persistiu dialogando sobre a importância da educação e me trocou de escola. Para a minha quinta mudança de escola, a minha mãe escolheu me colocar para estudar em Belo Horizonte e, ali, se iniciou outro violento processo. Foi com os belo-horizontinos que aprendi que eu era periférica e que isso seria ruim. Sempre que, em alguma conversa, eu falava o nome da minha cidade de origem, me perguntavam: você mora perto da cadeia? Sua casa já foi invadida por algum preso? E, até mesmo, faziam chacota, chamando a minha cidade de origem de “ribeirão das trevas”.

Já caminhando para a adolescência, além de me desidentificar com toda a minha herança familiar, passei, também, a negar o meu território, fomentando em mim o desejo de me mudar de Ribeirão das Neves.

A grande mudança em minha trajetória foi ter contato com o Teatro. Quando o Programa Valores de Minas¹² (PVM) foi apresentado a mim em 2013¹³, eu ainda não tinha certeza de como seria a minha formação depois do Ensino Médio e, no Plug Minas¹⁴, desenvolvi a autonomia necessária para escolher seguir no campo das Artes. Assim, em 2014,

¹¹ Ver p. 24.

¹² Segundo Souza (2022, p. 18), “o Programa inaugurado no ano de 2005 na cidade Belo Horizonte foi uma iniciativa do Governo de Estado de Minas Gerais em parceria com o Serviço Voluntário Assistência Social (SERVAS) para oferecer atividades artísticas à população jovem de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte em algum nível de vulnerabilidade social”.

¹³ Nesse ano, recebi o convite para assistir ao espetáculo de formatura “Garimpar”, com a direção de Samira Ávila.

¹⁴ Sobre o surgimento do Plug Minas, Paula (2020, p. 54) afirma que, “no ano de 2009, através de uma parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Cultura, a Secretaria de Esportes e Juventude e o Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM) – organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) da cidade, inaugurou-se o PlugMinas - Centro de Formação e Experimentação Digital - um complexo educacional no bairro Horto com diversos núcleos e atividades dedicadas exclusivamente à juventude”.

curvei o Módulo I em Teatro e, em 2015, o Módulo II, multidisciplinar nas áreas de Teatro, Dança, Performance, Artes Visuais e Circo.

No PVM encontrei um espaço onde a minha corporeidade era bem-vinda e, por meio das aulas de Teatro, compreendi que os conflitos que eu enfrentava na escola não faziam parte de mim, mas, sim, do racismo institucional praticado nesses ambientes.

O Programa também me sensibilizou para os movimentos políticos da cidade, quando, em 2015, sob a ameaça de seu fim, acompanhei a criação de uma ocupação organizada por estudantes e contribui, levando alimentos e fazendo intervenções pelo Plug Minas, para alarmar a situação. Infelizmente, mesmo com o movimento estudantil, o programa perdurou somente até o ano de 2019, quando sua gestão foi trocada e se tornou o Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT)¹⁵.

Após sair do PVM, eu não tinha recursos financeiros para continuar a minha formação em teatro em Belo Horizonte, precisava de um curso que fosse gratuito e que, assim como PVM, oferecesse passagem para o transporte público e alimentação, garantindo a minha permanência. Foi quando descobri a Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e contei com a ajuda de colegas da minha turma de teatro de 2014 para me auxiliar na construção da cena para a prova de habilidades do vestibular, em 2016.

Assim, quando entrei para o curso de Graduação em Teatro, na UFMG, no primeiro semestre de 2017, já tinha repertório suficiente para observar que parte da grade curricular oferecida pelo Departamento de Artes Cênicas não refletia sobre as especificidades da diversidade étnico-racial presente na composição das/os discentes e também da cidade na qual o curso está localizado. Dentre boa parte das matérias obrigatórias que curvei fornecidas pelo departamento, as referências dos planos de ensino eram, em sua maioria, brancas, masculinas e estrangeiras (europeias ou estadunidenses).

Nas poucas oportunidades em que discutíamos o currículo de teatro, em sala de aula, a falta de referências negras e indígenas era sempre colocada em evidência, pelos docentes, como um recorte necessário para se priorizar uma formação dita como básica e essencial para um/a artista, pesquisador/a e professor/a de teatro. Frequentemente, quando esses povos eram referenciados nas matérias, eram apresentados como exóticos, enquanto o conhecimento branco e estrangeiro era apresentado como neutro e universal.

¹⁵ Com o fim do Programa Valores de Minas em 2019, o programa foi “inserido no sistema de educação estadual transformando-o em uma escola da SEE-MG, recebendo o nome de Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias CICALT, o que deflagrou outros modos de organização, exigindo outro tipo de ensino para se manter seu perfil de oferta para a cidade e região” (SOUZA, 2022, p. 67).

A partir desta experiência, é possível avaliar que o recorte histórico vivenciado em minha formação invisibiliza outras epistemologias causando o racismo epistêmico. Segundo o filósofo, professor e pesquisador Renato Nogueira (2014, p. 27-28),

[...] racismo epistêmico remete a um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais filosóficos, históricos, científicos e culturais que não sejam ocidentais. Em outras palavras, o projeto epistemológico moderno estabeleceu critérios para distinguir o que é conhecimento válido do que não é conhecimento. Com isso, o conhecimento gestado dentro de um desenho geopolítico ocidental é privilegiado em relação aos outros. No caso específico da Filosofia, o racismo epistêmico sustenta que, apenas, o mundo ocidental pode garantir a *filosoficidade* de um saber.

O Brasil, mesmo estando localizado geograficamente no ocidente¹⁶, em decorrência da influência da colonização e da hegemonia branca que acessa os lugares de poder, prioriza o conhecimento estrangeiro branco em detrimento dos conhecimentos africanos, afro-brasileiros, indígenas e muitos outros que nutrem a diversidade étnica cultural brasileira.

Analisando a minha experiência, a partir do conceito do racismo epistêmico, observo que a falta de referências negras e indígenas evidencia as relações de poder presentes na construção do currículo do curso de Teatro, que escolhe as epistemologias essenciais para uma formação em teatro. A esta escolha, que invisibiliza e, também, exotiza epistemologias negras e indígenas, destaco a desatualização do curso diante do contexto atual que vivemos na universidade.

Desde 2003, temos, segundo o Conselho Nacional de Educação, a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passa a “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'” (BRASIL, 2003, p. 1) e sua atualização, a Lei 11.645/2008 que inclui a história Indígena (BRASIL, 2008, p. 1). Sendo as redes de ensino definidas, pelo Art. 26-A, como “[...] estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados [...]” (BRASIL, 2008, p. 1).

O curso de Teatro na UFMG foi implantado em 1999. Mesmo a Lei 11.645/08 não se aplicando aos currículos universitários, é a universidade que forma os professores que atuarão na educação básica. Desta forma, a falta da sua prática, também no Ensino Superior, desencadeia uma rede de ausências que, também, afetará os outros níveis de ensino.

¹⁶ Geograficamente, a linha que dividiria o mundo entre oriente e ocidente seria o meridiano de Greenwich. Durante a Guerra Fria, esta divisão ganha outras proporções, pois esta linha imaginária começa a ser definida a partir da existência da democracia, capitalismo, cristianismo, valores sociais e culturais (RODARTE, 2018, p. 1-7).

Assim, passei a me desidentificar com o curso, como no ensino básico, e, por muito tempo, me culpei por isso. Até que comecei a me perguntar: “Qual é o recorte essencial do meu fazer teatral?”. E, a partir desse questionamento, iniciei um movimento importante para a minha permanência no curso: o de traçar mandingas.

Dialogando com outras/os discentes negras/os do curso de Teatro, observei que muitas/os construíam sua uma formação no percurso da Licenciatura; o que tinha, como principal objetivo, a expectativa de mais possibilidades de trabalhos futuros; junto a estratégias de sobrevivência pela permanência no curso. Foi quando observei que muitas/os estudantes complementavam a sua formação com outras disciplinas, cursos e projetos de extensão, nos quais refletiam acerca dos povos negros e indígenas no Brasil.

Assim, por meio da mandinga, comecei a compor um mapa afetivo com a universidade, que será apresentado a seguir. Sua composição retrata a minha busca por lugares onde a minha identidade e presença não fossem respondidas com a violência do racismo epistêmico.

Início o meu mapa afetivo na Faculdade de Educação da UFMG, local onde tive meu primeiro contato com a Formação Transversal¹⁷, em que optei pelo percurso em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira. A partir dessa escolha formativa, me nutri de referências negras e, por meio da universidade, conheci a Makota Valdina¹⁸ e a professora Evani Tavares¹⁹.

Ao conhecê-las, nasceu em mim o desejo de, também, conhecer a Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na cidade de Salvador - Bahia. Então, em 2019, fui aprovada no programa de mobilidade acadêmica para cursar dois semestres de Graduação em Licenciatura em Teatro em Salvador - BA.

Na UFBA, tive contato com o professor Noeli Turle da Silva, conhecido como Licko Turle²⁰, por meio da matéria *Teatro de diáspora afrodescendente*. Com tal disciplina, fui

¹⁷ “As Formações Transversais são estruturas de Formação Complementar organizadas em torno de grandes temáticas, que oportunizam o aprofundamento dos estudos em uma perspectiva crítica e multifacetada, envolvendo diversos campos do saber” (UFMG, 2023, p. 1).

¹⁸ “A educadora Valdina de Oliveira Pinto, mais conhecida como Makota Valdina, foi uma das principais ativistas contra o racismo e a intolerância religiosa no Brasil. O nome “Makota” vem da função que exercia como conselheira da mãe de santo, no terreiro de candomblé Tanuri Junsara” (ALMEIDA, 2019, p. 2).

¹⁹ Referência importante na pesquisa dos Teatros Negros, Evani Tavares Lima, “atualmente, é professora adjunta da Área de Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia” (LIMA, [s.d], p. 2).

²⁰ Conheci Licko Turle quando ele era professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA. Licko Turle é “[...] Ator, diretor, professor e produtor cultural, criou em 1989, com Augusto Boal, o CTO - Centro de Teatro do Oprimido no Brasil. Cria, com Amir Haddad, em 1999, o Instituto Tá Na Rua para as Artes, Educação e Cidadania [...]”. Informação retirada do seu Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8018254074495988>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

instigada a conhecer a história do teatro a partir de referências negras, enquanto, também, vivenciava a cultura negra de Salvador - BA.

Um dos espetáculos que fui incentivada a assistir, junto à matéria, foi *Pele Negra, Máscaras Brancas*²¹, estreado em 2019 e baseado na obra de mesmo nome produzida em 1952, por Frantz Fanon. A peça contou com a direção de Onisajé²² (Fernanda Júlia²³), a primeira mulher negra a dirigir um espetáculo da Companhia de Teatro da UFBA, com a codireção de Licko Turle.

Desta experiência, recorde de assistir ao ensaio aberto, junto a outros alunos, e admirar como Onisajé unia a sua vivência com o sagrado do candomblé à prática teatral.

Todas estas experiências foram fortalecendo a minha identidade e, morando na cidade mais negra fora do continente africano, senti falta do meu umbigo, meu território de origem. Assim, quando voltei de Salvador para Ribeirão das Neves, em 2020, me juntei ao professor Marcos Alexandre, como bolsista do Projeto de Extensão *Literatura Afro-Brasileira em Foco*²⁴ da Faculdade de Letras. Fui motivada neste projeto a criar intervenções pedagógicas a partir das minhas urgências, em contrapartida às difíceis experiências que vivenciei no Curso de Teatro da UFMG enquanto estudante.

Com o auxílio do prof. Marcos Alexandre, também desenvolvi, com outra aluna, Ariane Maria, um novo projeto chamado *A Minha Família Conta*²⁵, no qual, influenciadas pelas literaturas produzidas por autoras/es negras/os, contamos nossas histórias familiares matrigestoras²⁶.

Nesse projeto de pesquisa, as histórias são apresentadas por meio de uma performance, com o compartilhamento de memórias territorializadas em lugares do interior de Minas Gerais. O projeto de pesquisa também desenvolve o planejamento de oficinas de curta duração, que utilizam jogos teatrais no processo de sensibilização quanto à importância de se

²¹ Estreada no dia 18 de março de 2019, no Teatro Martins Gonçalves, na Escola de Teatro da UFBA, em Salvador - BA, “a peça busca denunciar o processo de colonização na construção de sofrimentos psicológicos em corpos negros, ao retratar três períodos históricos (1950, 2019 e 2888) e trazer o próprio Fanon como personagem, que, após ter sua tese reprovada em 1950, é colocado no ano de 2019 para, mais uma vez, defender o resultado de seu doutorado”. Informação retirada do programa do espetáculo (2019, p. 1).

²² Nome artístico espiritual adotado em 2019 (ENCICLOPÉDIA, 2023, p.1).

²³ “Dramaturga, diretora e pesquisadora teatral. Fundadora do Núcleo Afro-brasileiro de Teatro de Alagoinhas (Nata), experimenta em sua produção artística encontros entre o teatro e o rito, convocando símbolos e mitos de matriz afro-brasileira provenientes da cultura iorubá. Em particular, investiga a cosmogonia do candomblé Ketu como instrumento espiritual e artístico” (ENCICLOPÉDIA, 2023, p. 1).

²⁴ Vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA), da Faculdade de Letras da UFMG.

²⁵ O projeto nasceu em 2020 visando investigar a tradição da oralidade como método de ensino, por meio das memórias matrigestoras negras, suas histórias e modos de aprendizagem.

²⁶ Ao dissertar sobre a matrigestão, a pesquisadora Aza Njeri (2020, p. 3-4) conecta o termo ao matriarcado africano e o define como a prática de “pessoas negras que desempenham o princípio mítico-uterino feminino de nutrição físico, psíquico, intelectual ou espiritual de potências (pessoas), utilizando-se da centralidade, localização e agência afrocêntrica de emancipação do povo preto”.

recontar histórias familiares, trabalhos que têm como público-alvo professores e estudantes do Ensino Básico das escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Contando minhas histórias familiares, consegui perceber a potência da oralidade da minha família na educação e juntas, Ariane Maria e eu, ocupamos diversos festivais, de forma *online*, ao longo de 2020 e 2021. Foi falando do projeto *A Minha Família Conta* que ganhamos o *Prêmio de Relevância Acadêmica* no 23º Encontro de Extensão, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e o *Prêmio Leda Maria Martins de Artes Cênicas* em 2022²⁷, na categoria Muriquinho.

A experiência de apresentar as nossas histórias familiares em escolas e em festivais do nosso próprio território fomentaram, ainda mais, a necessidade de trabalhar com essa temática no campo do teatro. Dessa experiência surgiu uma investigação em contação de história, que já venho aprimorando há dois anos, na qual narro, para estudantes de escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, o local onde o meu umbigo foi enterrado.

A fim de visibilizar, compartilho, também, a parte da grade curricular do Curso de Teatro em que me foi apresentada perspectivas decoloniais de ensino, a partir das matérias *Análise da Prática e Estágio de Teatro III e IV*, obrigatória no percurso de Licenciatura. Nessas matérias, fui incentivada a investigar a minha identidade como docente, fundamentando as minhas práticas de contação de história. Assim, comecei a traçar os princípios da minha prática, junto a tradição da minha família de enterrar umbigo.

Já no campo das disciplinas optativas oferecidas pelo Departamento de Artes Cênicas, destaco as matérias fornecidas como *Tópicos em Teatro B*, as quais cursei: *Cena Negra - Processos e reflexões* (2020/01) e *Perspectivas Afro-Diaspóricas nas Artes Cênicas* (2020/02). Memoro que, durante o período de matrícula dessas duas disciplinas, houve um grande movimento no qual eu e mais outras/os alunas/os negras/os combinamos de nos matricularmos para termos a possibilidade de trabalharmos juntos.

Além de proporcionar um espaço para discutirmos sobre os Teatros Negros, o agrupamento formado pela matéria, potencializado pela abordagem acolhedora das/os docentes, promovia uma troca comunitária entre pessoas negras, como a de um quilombo. Assim como aponta Patrocínio (2022, p. 256), ao destacar que

as teatralidades negras, nas duas primeiras décadas do século XXI, emergem nos palcos brasileiros como forças explosivas, que redefinem a criação, o pensamento e a estrutura organizacional dos modos de fazer teatros negros, e não só. Essas teatralidades, além de pensarem, concomitantemente, as contradições sociorraciais e

²⁷ Ano da 6ª Edição do *Prêmio Leda Maria Martins de Artes Cênicas*. O trabalho premiado foi a contação de histórias FONTE (2021), apresentada no mesmo ano na 3ª Mostra Negras Autoras.

a própria prática teatral, criaram uma ficção conceitual em que quilombo é uma das formas de dizer fabulação, força produtiva que retorna ao passado, restaura o porvir e se abre para a construção de vários mundos possíveis.

Nesse aquilombamento que construímos durante o período de ensino remoto, os encontros eram regados de afetos e trocas de estratégias de sobrevivência, o que me aproximou ainda mais da universidade.

Outro momento importante da minha trajetória acadêmica foi ter conhecido a pesquisa do professor Rogério Lopes²⁸, que desenvolve para a sua Tese de Doutorado, intitulada *O ator e o folião no jogo das máscaras da folia de reis*²⁹, um documentário sobre a Folia de Reis. Inspirada por seu trabalho, senti a urgência de registrar, em vídeo, as minhas matriarcas falando da tradição de enterrar umbigo. Assim, inscrevi um projeto de produção de um mini documentário para a chamada de Apoio a Projetos de Estudantes 2022 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFMG. Trabalho que se constitui de quatro entrevistas curtas realizadas com quatro matriarcas da minha família. Aprovada, criei o mini documentário *Umbigo*³⁰, gravado em Betim - MG, com as entrevistas com Joana Fernandes, minha mãe, e as suas irmãs: Maria Helena, Terezinha Fernandes e Etelvina Fernandes.

Desta forma, chego à escrita desse trabalho, em 2023/01. Todos esses espaços supracitados constituíram o mapa afetivo que me auxiliou na permanência do curso e na construção dessa pesquisa. Foram doze anos de escolarização e sete anos de universidade para compreender que eu precisava voltar para casa para encontrar o meu lugar de pertencimento e, assim, tomar consciência da importância que os conhecimentos da minha família tinham para a minha trajetória.

²⁸ Rogério Lopes da Silva Paulino é “Professor do Teatro Universitário e do Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da UFMG” Informação retirada do seu Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7138712663043843>>. Acesso em: 20 maio. 2023. Nosso contato se estabeleceu a partir do cursar de sua matéria: Manifestações cênicas negras - Resistências e silenciamentos.

²⁹ Tese de Doutorado em Artes, pelo Instituto de Artes da UNICAMP, em 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=483194>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

³⁰ Documentário produzido por mim, em 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/TlKmRiwlkGs>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAPÍTULO 2 - MINHAS E MEUS ANCESTRAIS

Segunda memória: Aula de Português

Parte 1.

Sala de aula. A criança balança os pés sujos de terra em sua carteira. Pega seu caderno de avisos e vai até a mesa da professora.

Criança: Professora! Minha mãe mandou um bilhete.

Professora (a professora olha para as pegadas no chão, e volta a olhar para a criança):
Onde está o caderno?

A criança entrega o caderno com agilidade. A professora olha, ri, encara a criança e olha novamente. Curiosa, a criança aguarda o retorno que decifraria a mensagem da mãe.

Professora: *Que letra horrorosa, sua mãe não sabe escrever não, é? Peça a ela que venha aqui conversar comigo pessoalmente.*

A criança pega o caderno de avisos e, segue o caminho de volta para a sua carteira pisando nas mesmas pegadas do caminho da ida. Se senta, olha para a letra de sua mãe com cuidado, tenta ler sussurrando, fecha o caderno e continua a aula de português.

Parte 2.

Quintal. Mãe Joana sai de casa com um facão na mão. Atrás a criança com seus pés sujos de lama a segue imitando seus passos, enquanto segura um facão imaginário. A mãe corta uma vara de cana, senta sobre uma pedra e começa a descascar. A criança dá voltas no quintal e ao passar pela mãe estende a mão para pegar um pedaço. Suas irmãs, uma por uma, se aproximam em volta da mãe.

Joana: Ô Terezinha.

Terezinha: Oi.

Joana: Não, Rita.

Rita: Que foi?

Terezinha: Caducou.

Joana: Rita, não meu deus do céu, é...

Rita: Telvina!

Etelvina: Fala comadi Joana.

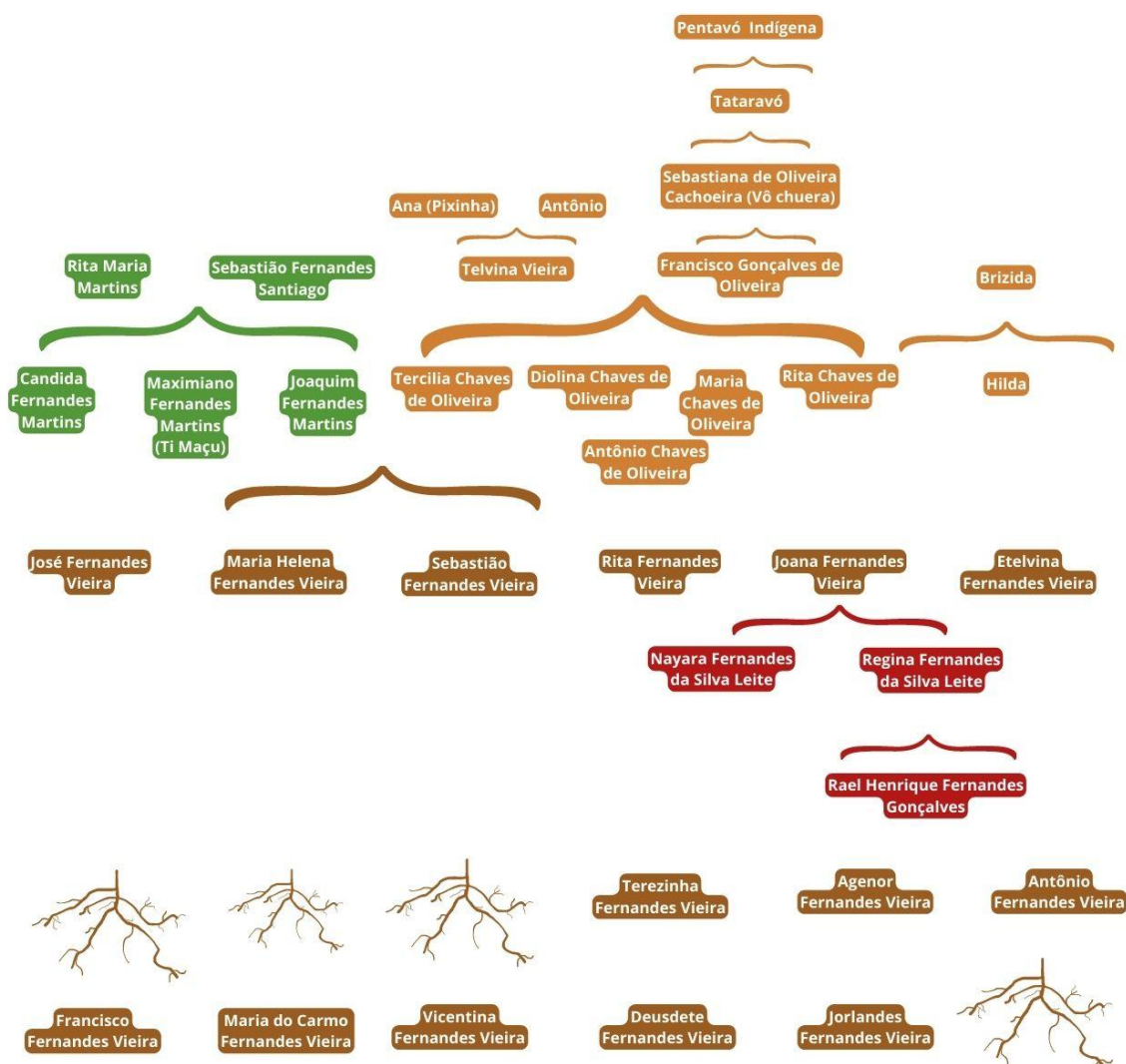
Joana: Não comadi, eu tô chamando é a menina.

Criança (a criança aproxima e estende a mão): Eu, mãe! Nayara.

A experiência de contar histórias familiares em diversos espaços de educação me instigou a conhecer, cada vez mais, a história da minha família. Com esta necessidade, surge o desejo de desenvolver registros que documentem a nossa história, entre eles, a construção da minha árvore genealógica.

Para a construção da minha árvore genealógica tive o auxílio de meus familiares. A árvore foi feita na manhã de 07 de abril de 2023, por meio de uma conversa com minha mãe, e alguns longos telefonemas com minha tia Maria, a mais velha das irmãs, e tia Etelvina. Maria também entrou em contato com José, o filho mais velho, na busca por mais informações.

Figura 1: Árvore Genealógica



Fonte: Entrevistas realizadas no dia 07 de abril de 2023.

Início a análise da árvore a partir da união de meus avós, parte que me foi contada com frequência durante a minha criação. Tercília e Joaquim. Meu avô, Joaquim Fernandes Martins, nasceu em uma cidade chamada Setubinha - MG e minha avó, Tercília Chaves de Oliveira Martins, até onde se sabe, no Junco de Minas - MG. Em união, foram morar juntos em Catequese, local onde nasceu a maioria de suas/seus filhas/os, minhas tias e meus tios. Catequese, distrito de Malacacheta, interior de Minas gerais, era, segundo Joana³¹, minha mãe, um povoado no município de Água Boa, uma comunidade que vivia da pecuária e era dominada por donos de grandes fazendas.

No início do relacionamento dos meus avós, o meu bisavô materno, que era dono de uma fazenda, deixou que minha avó morasse em seu terreno. Passados alguns anos, o meu avô resolveu vender sua fazenda e, ali, teve início a trajetória da minha família pela busca de estabilidade.

Meus avós foram morar em fazendas vizinhas, sendo a fazenda dos Leite a primeira a acolhê-los. Nesta fazenda, a minha família começou a trabalhar em troca de moradia, plantando, colhendo e cuidando dos animais, para usufruir do terreno construindo sua casa.

Segundo minha mãe, *“a fazenda é um mundão de terra, com uma casa muito boa do patrão, do dono, e onde os patrão acha bem longe deles, os empregados”*. Sobre o método de plantio, ela conta que: *“A gente plantava a terça, duas nossas e uma deles. Se ele viu que a gente tava com muito dinheiro, ele não dava semente nenhuma. Se ele desse a semente, era a meia”*³².

Dali em diante, a minha família passou a viver de dois a três anos em cada fazenda, sendo o principal motivo de suas constantes mudanças a ameaça que a estabilidade deles causava nos donos das fazendas. *“Quando o patrão via que estava dando lucro, como: muitas galinhas, cacho de banana... ele dava a ordem de despejo”*³³, em sua maioria sob ameaças. Minha família só foi ter a primeira casa própria em Betim, em 1979.

Minha avó Tercília teve dezoito filhos³⁴. Destes, quatro vieram a óbito antes mesmo de nascerem e outros quatro faleceram ainda na primeira infância, contabilizando, assim, dez filhos, sendo cinco mulheres e cinco homens. Segundo minha mãe, até a chegada de sua irmã

³¹ Nota de nossa conversa, no dia 06 de abril de 2023.

³² Nota de nossa conversa, no dia 06 de abril de 2023.

³³ Nota de nossa conversa, no dia 06 de abril de 2023.

³⁴ Segundo minha mãe, no interior, devido à alta taxa de mortalidade infantil, era comum os bebês receberem o nome no final da gestação ou no nascimento. Em homenagem aos quatro fetos que sofreram abortos espontâneos e, mesmo assim, sempre foram contados no número de filhos que minha avó teve, os represento na árvore genealógica como raízes.

Terezinha, minha avó teve o auxílio de uma parteira, a Dona Chiquinha³⁵. Depois de Terezinha, vovó passou a fazer os seus próprios partos junto ao meu avô.

Uma colher, tesoura esterilizada, álcool, cachaça e arruda: esta era a lista de materiais que meu avô separava quando minha avó entrava em trabalho de parto. Sempre com a porta fechada, as outras crianças não tinham acesso ao que acontecia, só era possível escutar os gritos de dor e o choro do bebê. Não demorou muito para a minha avó passar a ajudar como parteira em sua comunidade, caridade que a fez ser madrinha de muitas crianças no interior.

Minha avó só abandonou o ofício de parteira quando se mudou do interior para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Betim, no bairro Marimbá, em 1978, com a justificativa de melhor acesso à saúde pública. Com a morte de meu avô, em 1979, minha avó seguiu criando seus filhos como mãe solo, contando com o apoio dos filhos mais velhos, e conquistando a sua primeira casa própria nesse mesmo ano.

Voltando à composição da árvore, até a construção desse trabalho, eu nunca havia experimentado sua criação consultando os filhos mais velhos de meus avós. Esta é primeira vez que tenho um retrato tão extenso de meus ancestrais e a experiência de criá-lo despertou em meus familiares muitas memórias que me deixaram surpresa.

A primeira observação que faço é a falta de informações que tenho da parte verde da árvore, a parte da família de meu avô Joaquim. Ao questionar a minha mãe sobre o fato, ela relata ter tido poucos momentos de troca com o pai, devido à intensidade do trabalho de meu avô e de suas filhas/os.

Também achei curioso ouvir as lembranças dos cuidados de meus avós com seus pais, meus bisavós. Minha mãe conta que minha bisá Rita morou com sua família, em sua infância, e que minha avó Tercília cuidou dela até os últimos dias de vida. Outra memória marcante é a de que o vô Francisco, avô da minha mãe, fez parte de sua infância e, depois de um desentendimento com minha bisá Telvina, procurou um feiticeiro para que a minha avó Tercília nunca mais encontrasse sua mãe e assim aconteceu.

A falta de sobrenome dos meus Tetravós Ana (Pixinha)³⁶ e Antônio também desperta curiosidade, já que supostamente sua geração estaria próxima à abolição da escravidão³⁷.

³⁵ A minha mãe conta que Dona Chiquinha era uma senhora muito sábia e reconhecida no interior. Sua experiência era tamanha que ela conseguia olhar durante o parto qual seria o sexo da criança que viria na gestação seguinte e nunca errava.

³⁶ Segundo meus familiares, Pixinha não era seu sobrenome, mas sim um apelido.

³⁷ Segundo Fappi (2008, p.30), “o mais corriqueiro era o cativo viver sem sobrenome, tendo apenas o primeiro nome. Em muitos casos essas pessoas eram distinguidas por um apelido, a indicação de uma profissão, uma marca, país de origem, a cor, marca física, etc. O sobrenome era uma decisão que surgia apenas no momento da alforria embora existam exceções”.

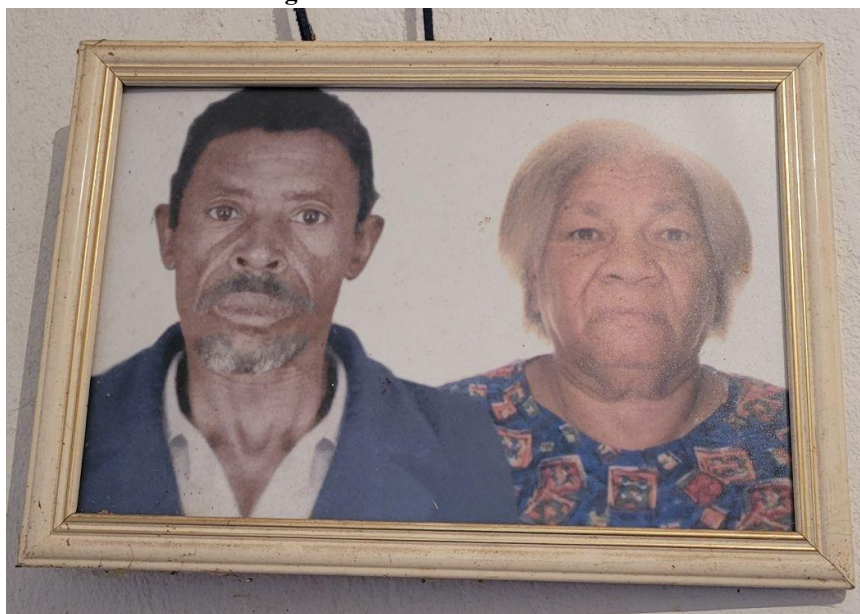
Ao final da experiência, uma das últimas informações que tive acesso, por meio da minha tia Maria, foi a de que seu avô Francisco contava, constantemente, que minha pentavó, descrita na árvore como Pentavó indígena, havia sido “*pega no mato com cachorro*”³⁸. Um relato naturalizado no Brasil, em muitas famílias, que guarda o registro do sequestro e da violência sexual sofrida por mulheres indígenas no Brasil colônia.

Sobre esta questão, Daniel Munduruku (2017, p. 2) reflete que “a maioria das pessoas não se dá conta de que esta narrativa é repetida tantas vezes e de forma poética para esconder uma dor que devia morar dentro de todos os brasileiros: somos uma nação parida à força”. Assim, a partir desse pensamento, reflito que a construção da minha árvore genealógica apontou consequências da escravidão e da colonização no Brasil, algo expresso na oralidade da minha família.

Buscando compreender como a tradição do umbigo percorre as gerações anteriores à minha, encontrei relatos que vão além dessa tradição: a memória viva da falta da moradia de qualidade, da fome, do trabalho precário (que não possibilitava o convívio familiar) e, principalmente, da violência, como no relato de minha pentavó. A oralidade não conseguiu registrar a etnia de seu povo e, muito menos, o seu próprio sobrenome.

Com isto, reflito que trabalhar com histórias de familiares é um grande desafio que deve ser enfrentado, pois a história de famílias negras e indígenas no Brasil é cercada por violências que não podem ser invisibilizadas.

Figura 2: Meus avós maternos.



Fonte: Acervo pessoal da escritora³⁹.

³⁸ Nota de nossa conversa do dia 08 de abril de 2023.

³⁹ Esta foto é um registro da montagem feita por minha tia Terezinha, com fotos 3x4 dos meus avós.

Segundo minha tia, Maria Helena, a tradição de enterrar o umbigo em minha família é fortemente influenciada pela sabedoria da família de meu avô, transmitida por sua mãe Rita Maria Martins e, supostamente, por seus outros ancestrais. Não tive a oportunidade de conhecer o meu avô em vida, mas sua figura sempre esteve presente nos traços dos rostos dos meus familiares e em suas oralidades. Segundo a descrição da minha mãe, o meu avô era um homem benzedor e contador de histórias, responsável por enterrar os umbigos de seus filhos.

Minha avó Tercília faleceu em 2015 e foi a única avó que conheci em vida. Muito afetuosa, vovó era o eixo da nossa família, o elo que permitia que todas as diferenças e conflitos fossem relevados. Em minhas lembranças, tenho momentos de silêncio que passei com ela.

Dona Tercília era muito observadora e nos deixava brincar livremente no seu quintal. Nos fundos de sua casa, eu me sujava de terra dos pés à cabeça e, na hora da fome, ali mesmo, saboreava as frutas das árvores do terreiro: acerola, pitanga, manga... Isso quando também não cobiçávamos as plantas dos vizinhos: jaca, mexerica, cana...

Ela nunca quis ser alfabetizada. Guardava essa missão para os seus filhos. Hoje, assemelho a sua imagem à de muitas outras lideranças negras que conheci na Formação Transversal da UFMG. Minha avó foi uma matriarca, uma mulher que sabia de seus valores e crenças. Sua figura ensinava aos mais novos a importância de cuidar e ouvir os mais velhos.

Figura 3: As cinco filhas de dona Tercília



Fonte: Acervo pessoal.⁴⁰

⁴⁰ O encontro ocorreu na cerimônia de casamento de um dos meus primos, Sandro. Foto rara, pois a mãe de Sandro, minha tia Rita, mora no estado de Rondônia. Presentes na foto, da direita para a esquerda, estão Terezinha, Maria, Etelvina, Joana e Rita.

As matriarcas da minha família são as responsáveis pela transmissão do legado de meus avós para a minha geração de descendentes. Assim, descreverei as minhas matriarcas a partir das experiências de nossas relações, somadas aos lugares escolhidos por meus avós para enterrar seus umbigos⁴¹.

Começo pela minha mãe, Dona Joana, que, devido a falta de escolarização na juventude, sempre trabalhou como empregada doméstica, em casas de família, em sua maioria, em Belo Horizonte. Quando minha mãe não dormia no trabalho, o tempo de deslocamento no transporte público era de entre três a quatro horas. Nessas casas de família, as condições eram precárias e, mesmo sendo contratada como empregada doméstica, a minha mãe desempenhava várias funções, como: cozinheira, jardineira e babá. Entre os intervalos do trabalho e os afazeres domésticos da minha própria casa, a minha mãe, também, educava a minha irmã e a mim, contando suas histórias de família, memórias e aprendizagens.

Relembro que ficava observando minha mãe cozinhar enquanto aprendia suas receitas, que também eram receitas de meus avós. Ela contava as histórias dos alimentos e suas orações para cozinhá-los. Suas histórias me preenchiam de afeto, compensando o tempo que nos era roubado pelo seu trabalho. Minha mãe conta que seu umbigo provavelmente foi enterrado debaixo de uma árvore.

Minha tia Maria é a mais velha das minhas matriarcas. Muito religiosa, se tornou minha segunda avó, depois que minha avó Tercília faleceu. Recordo de observá-la em seu fogão a lenha, sempre cozinhando comida para muita gente. Ficávamos brincando no seu quintal, enquanto sentíamos o cheiro de sua comida. Tia Maria relata que seu umbigo foi enterrado debaixo de um canjiqueiro⁴², para dar sorte.

Minha tia Terezinha também foi uma tia bastante presente na minha criação. Seus filhos são de idade semelhante à minha e de minha irmã, por isso sempre nos encontrávamos para brincar. Ela era a filha responsável por cuidar de minha avó. Tia Terezinha diz que seu umbigo foi enterrado na casa em que ela nasceu.

Minha tia Etelvina é, como ela mesmo diz, a minha segunda mãe. Nasci no dia do seu aniversário. Com sua risada farta, sempre me nutriu de humor e, com sua braveza, me ensinava a ter cuidado com as palavras. Tia Etelvina conta que seu umbigo foi enterrado perto do fogão a lenha na casa em que ela nasceu.

⁴¹ Os seguintes relatos da localidade onde o umbigo foi enterrado foram retirados da oralidade de minhas matriarcas para o documentário *Umbigo*. Disponível em: <<https://youtu.be/TIKmRiwlkGs>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴² Lugar próximo ao galinheiro, onde se coloca a comida dos animais.

Minha tia Rita foi a tia com que tive menos contato presencial. Ela se mudou ainda jovem para Porto Velho em Rondônia e esteve presente na minha infância em dois momentos: no casamento de seu filho e no enterro da minha avó. Religiosa disciplinada, recordo dos horários de suas orações e dela guardo muitas memórias transmitidas pelas minhas outras tias. Tia Rita foi a única matriarca não entrevistada para o documentário, mas minha mãe relata que seu umbigo também foi enterrado em casa.

Neste contexto, avalio que o meu caminho de volta para casa revela que conhecer a história da minha família é conhecer a minha própria história. A minha busca pela sensação de pertencimento revela uma dívida histórica, advinda das violências pelas quais meus ancestrais passaram. Segundo Katiúscia Ribeiro (2020, p. 38),

o poder do feminino nas tradições africanas é milenar - e essas relações de pertencimento estão envoltas por valores ancestrais e sociais, pois os poderes de gestação não são somente para gestar a vida, mas estão também nas forças dinâmicas e propulsoras que movem as relações de todo um processo do comum, que organiza e propõe perspectivas de interrelações grupais. Essas dinâmicas instrumentam a existência comunitária e colocam as mulheres como força para gerir e gestar a vida e gerir e gestar as organizações ancestrais, sociais, econômicas e políticas de um povo, assumindo o papel de matrizeradoras e matrizeroras de uma comunidade.

Assim, reflito que meus incômodos, na minha trajetória escolar e acadêmica, fazem parte de um movimento de volta que é muito maior do que eu, é um valor ancestral preto que percorre a minha família e a minha comunidade. Seguindo este poder feminino, chega a minha vez de espalhar este legado, gestando novas potências, o que, para a minha trajetória, como mulher, professora e artista negra, se faz pelo teatro.

Desta forma, apresentarei como a investigação da história da minha família, junto à tradição do umbigo, influenciou as escolhas que guiam a minha poética teatral, a qual sigo aprimorando.

CAPÍTULO 3 - ONDE ESTÁ ENTERRADO O MEU UMBIGO

Terceira memória: Abacateiro⁴³

Vista de cima. As árvores conversam no quintal, suas raízes rasgam a terra como veias que rompem muros, estradas, cidades e estados. As árvores cochicham.

Bananeira: *Olha lá quem vem de novo!*

Pé de amora: *A criança?*

Abacateiro: *Uma parte de nós.*

Pé de amora: *Chegou de muito longe?*

Pé de café: *Sempre estive aqui. Se é da terra, não existe distância. É daqui, é daqui.*

Abacateiro: *Não é criança. É lama, nutriente. Virou árvore. Virou ancestral.*

Pé de amora: *Muito tempo se passou...*

Pé de café: *Quem se distrai olhando para o céu, esquece de suas raízes.*

Bananeira: *Invem mais gente!*

Pé de amora: *Agora sim, uma criança?*

Bananeira: *Mãos femininas que nutrem o solo desde o princípio do mundo.*

Pé de Romã: *Os frutos não param de crescer.*

Mangueira: *A lama tem fome.*

A mãe lama enterra o umbigo de mais um descendente, as batidas dos pés no chão assentam a terra.

O meu umbigo foi enterrado por minha mãe no quintal da minha casa em Ribeirão das Neves, aos pés de um enorme abacateiro. Guardo em minha memória que, desde pequena, a minha mãe contava que meu avô Joaquim a ensinou que enterrar o umbigo debaixo de árvore significa que a criança crescerá igual à árvore, sem esquecer de suas raízes, pois, para crescer, é preciso estar bem firme na terra.

⁴³ Memória escrita em homenagem ao meu sobrinho, Rael Henrique Fernandes Gonçalves, que nasceu neste ano e que, após a escrita deste trabalho, terá o seu umbigo enterrado no quintal da minha casa.

Figura 4: Dona Joana em seu quintal⁴⁴



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A tradição de enterrar o umbigo me ajudou a permanecer no curso de Licenciatura em Teatro, pois, por meio dela, eu consegui alinhar o conhecimento científico da prática teatral aos conhecimentos tradicionais da minha família, sem negar as minhas subjetividades.

Guiada pelos princípios da escolha, o ato de enterrar e a oralidade, ao longo do ano de 2021 e 2022, tive a oportunidade de desenvolver e aprimorar duas ações teatrais, sendo elas: a *Oficina de Contação de Histórias: As memórias contam*; e a apresentação da contação de história *Onde seu umbigo está enterrado?*.

Com esses dois trabalhos compondo o meu repertório como docente, aprimorei a minha prática junto a diversos públicos, como ensino básico, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e grupos de convivência da terceira idade. Realizando estas duas ações em espaços públicos, as participantes das minhas atividades eram em sua maioria pessoas negras e periféricas.

A principal diferença entre a oficina e a apresentação de contação de histórias é o tempo de troca e o número de participantes. A oficina já foi realizada em diferentes formatos, de 1 hora a 2 horas e 30 minutos, tendo como principal variante o tempo destinado à prática de contação de histórias, que tinha por volta de 15 a 25 participantes; enquanto a apresentação de contação de histórias, com o tempo de 30 minutos, tem um caráter mais provocador e aberto ao compartilhamento de pequenos relatos de experiências, com o número de participantes livre.

⁴⁴ Na imagem, minha mãe segura a primeira foto tirada do lote onde foi construída a nossa casa. Quando o lote foi comprado, não havia planta alguma. Já em 2021, ao redor de Joana, é possível ver um pé de café à sua direita, um pé de acerola ao fundo, taiobas e bananeiras à sua esquerda, todas plantadas por Joana e Zué.

A partir destas experiências, compartilharei, neste capítulo, como os princípios da escolha, o ato de enterrar e a oralidade, presentes na tradição de enterrar o umbigo, influenciaram o meu fazer teatral como docente, auxiliando na criação de exercícios de sensibilização da oralidade e dos territórios simbólicos de pertencimento.

3.1 Princípio da Escolha

A escolha do local para enterrar o umbigo vai ao encontro da sabedoria transmitida pela oralidade e as características da criança. Dessa maneira, aproximo este princípio à minha prática teatral, como docente, para a escolha das referências que compõem as minhas atividades. Para esta escolha, avalio que, assim como a tradição de enterrar o umbigo, o meu teatro também pode beber da fonte de pessoas negras, pessoas estas que são definidas a partir de reflexões que contribuem para a valorização dos saberes da oralidade do meu território de origem.

Durante minhas atividades, tenho como foco ressaltar a importância da escolha de referências que fundamentam nossos saberes, provocando as participantes a fazerem suas próprias escolhas e incitando o compartilhamento destas. Com isso em mente, descrevo, a seguir, algumas propostas de exercícios.

3.1.1 Proposta de exercício 1: Referências

A oficina e a apresentação de contação de história se iniciam na construção de um altar, no qual se localizam as referências que fundamentam o encontro. Em um tecido colocado no chão ou em uma mesa do espaço de realização são colocadas fotografias que serão apresentadas no decorrer da atividade.

Com isto, as fotografias das referências atuais do trabalho - minha mãe, Joana, meu avô, Joaquim, minha avó, Tercília, Makota Valdina, Conceição Evaristo, Nêgo Bispo e Chimamanda Adichie - são dispostas sobre o tecido, junto ao instrumento de percussão agogô e, em algumas experiências, um ramo de erva-de-cheiro.

Depois da minha apresentação pessoal, o nosso primeiro exercício é observar o altar, enquanto vou incentivando as participantes a imaginarem quem são estas pessoas, seus nomes e o que fazem da vida.

Figura 5: Registros da *Oficina de contação de histórias: As memórias contam*



Fonte: Acervo pessoal⁴⁵ (2022).

A escolha de referências negras possibilita que o público se aproxime das mesmas, enquanto as reconhecem em outras de seus cotidianos. Em poucas atividades as participantes já reconheciam as referências das fotos. Quando reconheciam, a Conceição Evaristo era a mais identificada. Guardo com muito afeto a memória das vezes que mediei esta dinâmica, pois, com frequência, as participantes se identificam com as referências, comparam traços físicos, roupas e cores de pele.

Trabalhando com crianças e jovens, o Nêgo Bispo com regularidade “se torna” o tio ou vizinho de algum participante, enquanto a minha avó Tercília, Makota Valdina e Conceição Evaristo se tornam as avós e a Chimamanda a minha suposta irmã. Já com a terceira idade, Tercília, Makota Valdina e Conceição Evaristo são comparadas com as próprias participantes.

3.1.2 Proposta de exercício 2: Eu não sou colonizado

Destino este exercício para o momento de apresentação das fotografias. Em todas as minhas ações, Nêgo Bispo é apresentado na abertura. Mostro sua imagem e leio o seu seguinte texto: “Falo tagarelado, escrevo mal ortografado, canto desafinado, danço descompassado, só sei pintar borrando, meus desenhos são enviesados. Esse é o meu jeito. Não me mandem fazer direito. Eu não sou colonizado”⁴⁶.

⁴⁵ Oficina realizada na Residência Artística: Terra, Moradia e Arte, no ano de 2022.

⁴⁶ (apud UFMG, 2020, p.2). Fala de Nêgo Bispo para abertura da palestra Presenças orgânicas, invisibilidades sintéticas, a primeira do Seminário Culturas em Pensamento, uma das atrações do 52º Festival de Inverno UFMG. Disponível em:

A partir da leitura e da discussão coletiva sobre o texto, proponho às participantes a experimentação coletiva da criação de um encontro contracolonizador⁴⁷, que descrevo como sendo um encontro permissível ao erro, dúvidas, corpos diversos e suas diferentes formas de observar o mundo. Um espaço propício para a troca da oralidade.

É guiada por esta discussão que converso com as participantes sobre a importância da roda para a comunicação, na qual as instigo a experimentarem uma escuta e um olhar acolhedor para as nossas diferentes formas de nos comunicar. Assim, com Bispo, abrimos caminho para conversar sobre julgamentos, inseguranças e medos que podem surgir durante a oficina ou uma apresentação de contação de histórias.

3.1.3 Proposta de exercício 3: Conhecendo o terreno da oralidade

Nesta proposta de exercício, discutimos sobre o ato de contar histórias a partir das seguintes provocações:

Quem pode contar histórias?

Por meio desta pergunta discutimos sobre o que é contar histórias. Assim, aproximo-as de outras perspectivas de contação de histórias em nossos cotidianos, dando exemplos da minha própria relação com as minhas matriarcas, a troca de receitas familiares, as histórias contadas enquanto se penteia os cabelos dos mais novos, a fofoca que une a vizinhança. E, também, das nossas relações com os nossos territórios simbólicos. Dessa maneira, chegamos à conclusão que todos/as podem contar histórias.

Quem conta histórias para vocês?

Neste momento, começo a conhecer melhor as participantes e suas relações com suas comunidades. Diante desta pergunta, surgem diversos relatos, como: a troca entre familiares ou em instituições de ensino; a falta de trocas de contação de histórias; e a autonomia de procurar as suas próprias histórias.

Trocar histórias é importante? Justifique.

<<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nao-me-mandem-fazer-direito-eu-nao-sou-colonizado-provoca-nego-bispo>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴⁷ Segundo Nêgo Bispo (2018, p. 14) “contracolonizar é reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes”.

As respostas com regularidade são unânimes: sim, trocar histórias é importante. E, junto às diferentes justificativas, acrescento o ensinamento de Paulina Chiziane (2018), ao dizer que “a tradição oral é o lugar do afeto, sobretudo é África, onde os laços de família se estreitam e as gerações transmitem valores”.

Temos tempo para ouvir as histórias dos nossos mais velhos? Por quê?

Com esta pergunta acontece uma contradição em relação à pergunta anterior. Por vezes, a resposta unânime tem sido “não”. As justificativas giram em torno do uso excessivo das tecnologias, a distância geográfica dos familiares mais velhos e a falta de tempo causada pelo intenso trabalho escolar ou profissional.

A partir destas perguntas, consigo conhecer um pouco mais da relação das participantes com a contação de histórias. Assim, é possível sensibilizar as participantes acerca da importância da oralidade em nosso cotidiano, enquanto as provoco a refletirem sobre o ciclo da oralidade, por meio do ato de ouvir e contar.

3.2 Princípio de Enterrar

O ato de enterrar o umbigo se dá por meio da ida ao quintal e do contato com a terra. Diante deste princípio, proponho a sensibilização ambiental no teatro, a partir de sua conexão com a terra de nossos territórios de origem. Nesta perspectiva, o ensino de teatro também passará por nossos terreiros e quintais, sendo guiado por estímulos provocados a partir de elementos da natureza: pelos seus cheiros, a potencialidade de cura presente neles, os saberes que guardam e as memórias que despertam em nossos corpos.

A tradição propõe, ainda, a conexão com algum espaço físico, sendo o meu lugar o abacateiro no qual meu umbigo foi enterrado. Assim, proponho que seja investigado o pertencimento territorial simbólico, a partir de lugares dos nossos territórios, aqueles importantes para a nossa trajetória.

Deste modo, a pergunta “*Onde seu umbigo está enterrado?*” não seria relacionada, somente, à tradição do umbigo, mas, também, a ambientes ou plantas que, simbolicamente, nos firmam na terra para viver. Assim, proponho, a seguir, exercícios desenvolvidos a partir do princípio de enterrar.

3.2.1 Proposta de exercício 1: Contato com nossas memórias-quintais

Esta atividade se constitui de um exercício meditativo, no qual cada participante é convidado a macerar, entre os dedos, uma folha de erva-de-cheiro⁴⁸ que compõe o altar, enquanto toco o ritmo do Ijexá no agogô. Por meio deste exercício meditativo, nos conectamos com nossos terreiros, nossos quintais, e as participantes são incentivadas a verbalizar as características do cheiro e as memórias provocadas por ele.

3.2.3 Proposta de exercício 2: De onde eu vim?

Neste exercício adentramos os nossos territórios simbólicos por meio do jogo de apresentação “De onde eu vim?”. Em roda, as participantes se apresentam verbalizando seus nomes, pronomes e a resposta para a pergunta. Sempre sou a última a responder, pois revelo que vim de um abacateiro e, diante das respostas tímidas anteriores, usualmente relacionadas ao local de nascimento e nome da mãe, a minha resposta sempre aguça a curiosidade.

Com isto, utilizo este momento para contar a história que justifica a minha conexão com o abacateiro, local onde meu umbigo foi enterrado, e conto a história da tradição do umbigo em minha família, exercendo o princípio de oralizar, que será descrito a seguir.

3.3 Princípio de Oralizar

O último princípio da tradição que trago, a partir da minha trajetória, é aquele que garante a prática e a continuidade da tradição de enterrar o umbigo para as próximas gerações: o da oralidade. Este princípio se constitui por meio da troca entre alguém que oraliza um saber e outro alguém que escuta e vivencia este saber, muitas vezes, até se sentir pronto para contá-lo.

Segundo Amadou Hampatê Bâ (2010, p. 169),

a tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem

⁴⁸ Colhida no meu quintal, a erva-de-cheiro já variou entre levante, hortelã e manjerição. Sua escolha vai de encontro à disponibilidade no meu quintal.

definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.

Ao destacar a importância da oralidade para a tradição oral, aproximo este princípio primordial ao teatro, a partir da sensibilização da oralidade em nossas relações familiares e cotidianas, por meio da provocação do reconto de saberes transmitidos por trocas intergeracionais.

Experimentando o ato de contar histórias em minhas atividades, busco refletir com as participantes sobre a importância de tratar as/os nossas/os mais velhas/os como anciãs/ões do nosso saber. Com isto, instigo a reflexão de que não existe troca quando pegamos um conhecimento e usufruirmos dele sem a fonte oral ser referenciada. Assim, para falar desse princípio, compartilho a minha própria trajetória como contadora de histórias familiares.

No início da criação do projeto *A minha Família Conta*, a minha mãe sentia vergonha de compartilhar as suas histórias, devido ao racismo epistêmico experienciado ao longo de sua trajetória. Por muito tempo, ela acreditou que seus conhecimentos eram inferiores, assim como eu também cheguei a acreditar. Depois de me ver contar suas histórias em tantos lugares e, até mesmo, ganhar prêmios por isso, hoje, ela mesma quer contá-las. O mesmo aconteceu com minhas tias, que aceitaram ser fotografadas e gravadas para o documentário *Umbigo*, que também fundamenta essa pesquisa.

A partir deste compartilhamento, viso construir em minhas atividades uma rede de troca de saberes que nos permita valorizar o conhecimento das tradições orais vindas de anciãs/ões de nossas comunidades, com as seguintes propostas de exercícios:

3.3.1 Proposta de exercício 1: Todo mundo conta história

Para revelar a história por trás do meu abacateiro, convido as participantes a cantarem a seguinte cantiga de saudação:

Todo mundo conta história
Oralidade que me fez
Lá na minha terra
Minha mãe conta procês
Nayara Leite (2022)

Esta cantiga surgiu a partir do desejo de incentivar a nomeação dos ancestrais que nos contam histórias todos os dias. Por meio da música se estabelece um jogo, no qual o último verso é cantado somente por uma pessoa, que levanta a mão e o altera saudando pessoas que as/os contam histórias. Assim, o final da cantiga pode ser alterado livremente. Alguns exemplos já explorados são: “lá na minha terra eu mesma conto procês”; “lá na minha terra minha avó conta procês”; “minha tia conta procês”; “meu pai conta procês”.

Saudando quem veio antes, inicio a contação de histórias cantando que “Lá na minha terra, meu avô conta procês”. Assim, as próximas fotografias apresentadas são as de meus familiares, fundamentando quem nutre a minha narrativa. Após a contação, apresento mais uma reflexão negrorreferenciada do contato com a terra e a ancestralidade, por meio de uma citação de Makota Valdina⁴⁹, na qual ela diz que:

[...] no fundo, a força vem de baixo, que é embaixo que está toda a nossa ancestralidade. A gente vive nesse mundo, que a gente vê, que a gente toca, mas o mundo invisível é como esse mundo imerso, que a gente não vê, que está debaixo da terra, nosso mundo ancestral, dos nossos antepassados [...]. (RETRATO, 2019)

Nesta perspectiva, a fala da Makota contribui para a compreensão do sagrado na tradição da minha família, na qual o umbigo é dado à terra, simbolizando, assim, uma troca com os antepassados e o mundo ancestral. Com isso, iniciamos uma nova discussão a partir da pergunta “Onde o seu umbigo está enterrado?”.

Desta forma, a nossa conversa ganha relatos saudosistas de memórias do interior, reflexões a partir dos diferentes ambientes que nos dão sustentação para existir, a experiência da tradição do umbigo em outras famílias e o pertencimento a novas plantas⁵⁰.

3.3.2 Proposta de exercício 2: Escrivência

Para fundamentar a importância de contarmos as nossas próprias histórias, também é apresentada a concepção de Conceição Evaristo quanto ao termo “Escrivência”. Depois, é feito o convite para as participantes pensarem em seus próprios umbigos e experimentarem a criação de uma contação de história. Ao final, mais uma vez em roda, compartilhamos nossas experimentações, para, em seguida, fazermos a nossa última discussão, na qual apresento a

⁴⁹ Registro desenvolvido pela Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG.

⁵⁰ Tenho recolhido relatos de familiares que ensinam a plantar, também, em roseira e bananeira.

Chimamanda Adichie e suas considerações presentes no livro *O perigo de uma história única*⁵¹, para refletirmos sobre o poder de contarmos as nossas próprias histórias.

⁵¹ Livro adaptado a partir da palestra intitulada *O perigo de uma história única*, para o TED Talk, em 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR MAIS TRADIÇÕES FAMILIARES NO TEATRO

É uma grande alegria finalizar esta escrita tendo a certeza de que estou seguindo o destino que meus ancestrais planejaram para mim. Durante boa parte da minha graduação, pensar na construção deste trabalho me gerou ansiedade. Não sabia qual seria o tema e, a partir das experiências que fui construindo, com a composição do meu mapa afetivo com a universidade, pouco a pouco, me aproximei dos saberes da minha família, voltando para casa. Assumir essa pesquisa foi um dos maiores movimentos contracolonizadores que guiei em toda a minha graduação e me sinto muito orgulhosa de registrar, aqui, saberes que serão compartilhados com a minha comunidade.

A investigação da tradição de enterrar o umbigo me auxiliou no desenvolvimento de uma prática teatral contra o racismo epistêmico, me guiando pelo olhar da percepção do meu território: o quintal que guardou o meu abacateiro, a minha casa, a cidade de Ribeirão das Neves, o estado que abriga a minha cidade, Minas Gerais, e o meu país, o Brasil. Desta forma, assim como as minhas matriarcas me nutriram, busquei compor a minha prática a partir da tradição com saberes que fomentem uma relação simbólica com o território a partir da oralidade e da memória.

Todo bom contador de história conta uma história com a intenção de, ao final, também aprender uma nova de cada ouvinte e, seguindo esta sabedoria que aprendi na observação de outros contadores, tenho colecionado narrativas que me fazem compreender que essa pesquisa deve continuar.

Um dos desafios encontrados pela prática dos exercícios foi falar sobre saberes familiares. Falar de constituição familiar no Brasil também é falar de colonização e, com ela, de violência, assim como apontado por mim na análise da minha árvore genealógica.

Nas experiências guiadas pelos princípios da tradição de enterrar o umbigo, me deparei com pessoas que não possuem a mesma constituição familiar que a minha e que, diante da minha narrativa, demonstram sentir falta do afeto proporcionado pela contação de histórias familiares.

Com isso, reflito que os princípios da tradição, na minha prática teatral, possibilitaram a sensibilização das participantes, que a partir da falta familiar são incentivadas a buscarem em suas comunidades, para que pertençam, simbolicamente, a territórios que guardam laços de afeto, memórias e sabedorias de trocas intergeracionais, fomentando a criação de novas

formas de nos conectar com o lugar em que moramos, o lugar em que nascemos e o meio ambiente.

A pesquisa também aponta caminhos para a sua continuidade, pois tenho colecionado relatos da prática de enterrar o umbigo, a partir da narrativa de outras famílias, aprendendo sobre os significados de outros lugares de enterrar. Com as pessoas que não possuem a mesma tradição em suas famílias, tenho colecionado também relatos de conexões a diferentes plantas e lugares.

Buscando a origem da tradição, para além da trajetória da minha família, também encontrei trabalhos acadêmicos feitos por pessoas do continente africano, que relatam a mesma tradição em diferentes culturas, o que me desperta o desejo de aprofundar mais em suas origens.

Finalizo esse trabalho relatando que o racismo adoece pessoas negras cotidianamente, nos fazendo acreditar que nossos conhecimentos ancestrais são inválidos, assim como descrevi, ao relatar as minhas experiências com as instituições de ensino por onde passei. E aqui estou, concluindo um trabalho científico, tendo como principais referências a dona Joana, a dona Maria, a dona Rita, a dona Etelvina e a dona Terezinha, mulheres negras poderosas que nutrem a minha existência e estão me tornando uma professora negra poderosa, também.

Assim, guardo que nossos conhecimentos familiares não são menos importantes que os conhecimentos científicos hegemônicos e, com a composição do meu mapa afetivo da universidade, concluo que precisamos de ambos para construir as nossas formações.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu - 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro DE *et al.* **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.

ALMEIDA, Tamiris. Makota Valdina: você sabe quem foi essa educadora?. **Futura**, 2019. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/makota-valdina-quem-foi/>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. MOBREAL. **Que República é essa?**, 2019. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobreal.html>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CICI, Vovó. **Evidências das Culturas Negras: Infância Negra com Vovó Cici e Kemla Baptista**. Museu do Amanhã, [s.l.], 28 out. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/Sg3lJptppR0>>. Acesso em: 08 maio. 2023.

CHIZIANE, Paulina. **Paulina Chiziane - Oralidade e ancestralidade**. [Entrevista concedida a] Sol das Oliveiras Leão. Café Filosófico UFRN, [s.l.], 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WiLijX_7dDk&t=410s>. Acesso em: 10 abr. 2023.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **Itaú Cultural**, 2023. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa16045/fernanda-julia>>. Acesso em: 03 de jun. 2023. Verbete da Enciclopédia.

ESPETÁCULO “Pele Negra, Máscaras Brancas” estreia segunda, 18/03, e abre o 3º Fórum Negro de Artes e Cultura. **Universidade Federal da Bahia**, 2019. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/espetaculo-pele-negra-mascaras-brancas-estreia-segunda-1803-e-abre-o-3deg-forum-negro>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FAPPI, Tiago. **Antepassados Negros**: genealogia para brasileiros Afro-descendentes. Edição do autor. Leipzig, 2018. Disponível em: <http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/antepassados_negros_genealogia_para_afro_1_.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou et al. A tradição viva. **História geral da África**, v. 1, p. 167-212, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

LIMA, Evani Tavares. **Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ppgac.tea.ufba.br/pt/docente/evani-tavares-lima/>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

LÍRIO, Vinícius da Silva. **Criar, performar, cartografar**: poéticas, pedagogias e outras práticas indisciplinadas do teatro e da arte. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. Minha vó foi pega no laço. **Daniel Munduruku**, [s.l.], 02, nov. 2017. Disponível em: <<http://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

NJERI, Aza. **Vamos falar sobre Mulherismo Africana?**: O pensamento mulherista amefricano-brasileiro tem muito a agregar ao pan-africanismo e à afrocentricidade, já que nós, mulheres e homens negros, compomos a maior diáspora africana no mundo. Alma Preta: Simone Freire, 28 jan. 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>> Acesso em: 10 abr. 2023.

NOGUERA, Renato. **O ensino da filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Lorena Silva. “É preciso aprender a voltar para casa” . Dossiê: Pensamentos guerreiros contra a colonialidade. **Revista Cult**, São Paulo, n. 271, p. 11-13, jul. 2021.

PATROCÍNIO, Soraya Martins. Aquilombamentos éticos e estéticos: uma poética-política no contexto das teatralidades negras. **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, v. 32, n. 1, p. 255-276, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/35447/30497>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

PAULA, Julia Camargo de; DAYRELL, Juarez Tarcísio; NONATO, Symaira Poliana. **Teatro que fica**: sentidos atribuídos por jovens à sua experiência de formação teatral. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/34460>>. Acesso em: 21 maio. 2023.

REIS, Léticia Vidor de Souza. A gramática corporal da capoeira: ou sim, sim, sim/ou não, não, não!. **Portal Geledés**. 2023. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-gramatica-corporal-da-capoeira-ou-sim-sim-sim-ou-nao-nao-nao/>>. Acesso em 20 maio. 2023.

RETRATO da Mestra Makota Valdina. Produção: Formação Transversal em Saberes Tradicionais UFMG. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2019. 1 vídeo (1:32:55). Publicado pelo canal: Saberes Tradicionais UFMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAc4CJr4qtM&t=381s>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. Dossiê: Filosofia e macumba. **Revista Cult**, São Paulo, n. 254, p. 38-40, jan. 2020.

RODARTE, Leonardo. Você se considera ocidental? Para grande parte do mundo, o Brasil não faz parte do Ocidente. **Uol**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>>. Acesso em 10 jun. 2023.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, ago. 2018. Disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

SANTOS, Marcos Francisco dos. **A psicologia social do complexo de Vira-lata**: conciliando distintividade positiva e Justificação do sistema. Dissertação (Programa de pós-graduação em Psicologia Social)-Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16795/1/Arquivototal.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUSA, André Luiz de. **Abordagens de ensino-aprendizagem em dança interculturalmente orientadas**: educação das relações étnico-raciais em processos educativos no Curso Técnico em Dança do Centro Interescolar de Cultura, Arte e Linguagens e Tecnologia – CICALT. Dissertação (Mestrado) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/47121/1/Abordagens%20de%20ensino%20aprendizagem%20de%20dan%C3%A7a%20interculturalmente%20orientadas.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ‘Não me mandem fazer direito, eu não sou colonizado’, provoca Nêgo Bispo. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nao-me-mandem-fazer-direito-eu-nao-sou-colonizado-provoca-nego-bispo>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação, 2023. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prograd/formacao-transversal/>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

UMBIGO. Direção de Nayara Leite. Belo Horizonte: PRAE, 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/TlKmRiwlkGs>>. Acesso em: 10 abr. 2023.